

ATA DA 4^a REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PARA ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA :10 /05/2000 **Início:** 10:15 horas **Término:** 18:55 horas

PARTICIPANTES :

Ministério do Meio Ambiente : Júlio Thadeu Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério de Minas e Energia : Benedito Barbosa Pereira(bebarbos.tln@terra.com.br)
Conselho Estadual de S.Paulo : Anícia Aparecida Pio (apio@sp.gov.br)
Conselho Estadual de M.Gerais: João Bosco Senra(jbsenra@igam.mg.gov.br)
Conc.e Geradoras de E.Elétrica : Martha R. Von Borstel Sugai(martha@mail.copel.br)
Comitês, Consórcios e Associações: Airtton Bodstein de Barros(bodstein@iname.com)

Convidados:

Prof. Francisco Van Acker – SP
Dra. Maria de Fátima Paiva – SRH

Relatora:

Diane Mara Ferreira Varanda Rangel-SRH (diane.rangel@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Presidente da Câmara Técnica(CT), Dr. Júlio Thadeu abriu a reunião agradecendo a presença de todos, deu boas vindas ao novo representante do MME, leu a pauta e questionou se havia proposta de inversão. Não havendo proposta de inversão, informou assuntos gerais. A Conselheira Martha questionou quando trataremos da reformulação da composição do CNRH. Dr. Julio informou a decisão ocorrida na 2ª reunião desta Câmara pela postergação dessa discussão para depois da renovação dos Conselheiros. A Dra. Anícia apresentou o Prof. Van Acker como seu acompanhante nas discussões e ele falou da importância da multidisciplinaridade da Câmara e que quando se trabalha com normatização, é importante ter-se em tela o contexto e que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos é incluyente e compartilhado.

Dr. Julio Thadeu falou das poucas contribuições recebidas através do site do CNRH – SRH e do fórum da ABRH, reafirmando que o prazo para as contribuições será até 30 de junho conforme acordado anteriormente e que devemos fomentar as contribuições. Informou que os textos, base dessas discussões e propostas de Resolução foram oriundos de discussão desde 1996 e que todas as Resoluções mesmo aprovadas pelo CNRH são passíveis de reformulações. A importância das Resoluções está centrada na definição de regras de trabalho para que o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos possa funcionar.

O Presidente, Dr. Julio Thadeu, deu início a pauta da Reunião colocando em discussão a Ata da 3ª Reunião da Câmara a qual foi aprovada por unanimidade com duas correções: retirando-se do corpo da Ata o texto da Proposta de Resolução de Enquadramento de Corpos de Água aprovada naquela reunião, e colocando-a em anexo e substituindo Lei de Irrigação do Estado do Paraná por Lei de Recursos Hídricos do Estado do Paraná.

O Prof. Airtton solicitou que as Atas da CT só sejam divulgadas após aprovadas, uma vez que podem sofrer alterações. A Cons. Martha propõe que usemos mais o meio magnético para trocarmos informações e mesmo realizar a correção das Atas.

O próximo item de pauta foi a análise das modificações na Proposta de Resolução de Enquadramento apresentada pelo Conselheiro José Di Bella. Dr. Julio Thadeu explicou que essas propostas não foram analisadas na 3ª Reunião, apesar do Conselheiro tê-las encaminhado no prazo, devido ao incêndio ocorrido no prédio da SRH que causou problemas internos no Sistema de comunicação, mantendo-o por 2 semanas fora do ar, impossibilitando acessar a Internet. Informou que foi encaminhada correspondência ao Conselheiro explicando o fato, mas era

necessário que a Câmara julgasse ser a mesma procedente e nesse caso efetuar a análise das modificações propostas ou não. A Câmara julgou ser procedente analisar as propostas do Cons. Di Bella. Dr. Julio solicitou que o Dr. Jorgen apresentasse a análise da Proposta do Conselheiro Di Bella realizada pelo Grupo Técnico da SRH/MMA que tem trabalhado nesta Proposta de Resolução. Após muitas discussões foi acordado o novo texto desta Proposta de Resolução que encontra-se como Anexo 1 desta Ata, cujas modificações estão em negrito.

Em seguida, o Presidente apresentou o próximo ponto de pauta : Proposta de Resolução de Diretrizes para a indicação dos Representantes no CNRH das Entidades Não Governamentais (usuários e entidades civis). Foi iniciada a discussão e paralisada a reunião para o almoço às 13:30.horas.

A reunião foi retomada às 14:30 horas e reiniciada a discussão da Proposta de Resolução de Diretrizes para indicação dos Representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH), dos usuários e das organizações civis de Recursos Hídricos. O Dr. João Bosco falou da representação dos Conselhos Estaduais, que deveria constar o mecanismo de escolha dos representantes mas que dever-se-ia manter a representação do Estado ou seja dos Secretários de Recursos Hídricos. Dr. Julio colocou que é importante que a representação seja dos Conselhos Estaduais para que haja a articulação entre os Conselhos. O Prof. Airton questionou a composição do CNRH afirmando que ele contraria a filosofia da Lei 9433 da paridade entre governo e sociedade civil ou seja propõe, que o CNRH estabeleça metas progressivas para se alcançar a paridade entre o poder publico e sociedade civil(usuários e organizações civis). Sugeriu ainda que nos processos de renovação que ocorre a cada dois anos seja efetivada essa progressão para a paridade. Dr. Julio contou a história da composição do CNRH e Dr. Van Acker fala que a paridade não garante vitórias e cita o exemplo do CONAMA onde os Governos (Federal e Estaduais) são maioria absoluta e que muitas vezes é a sociedade civil que sai vitoriosa pela sua capacidade de articulação. Foi acordado que esta Proposta de Resolução será para os representantes elencados no inciso VII e VIII do Art. 3º do anexo à Portaria 407 de 23 de novembro de 1998(Regimento Interno do CNRH). Os membros da Câmara Técnica solicitaram que seja remetido por e-mail o Decreto que regulamenta o CNRH, Portarias e toda legislação pertinente ao CNRH. Iniciou-se uma discussão se a representação é da entidade ou do segmento e prosseguiu se o representante é a pessoa física ou jurídica . Prof. Van Acker defendeu que a pessoa física seja o representante do segmento e não a entidade, entretanto isso vai depender do setor. Ficou acordado que o setor definirá se o representante é a pessoa física ou a entidade. Prof. Van Acker falou da importância do regulamento do cadastro e o Prof. Airton falou da importância da habilitação prévia através do cadastro e o tempo de validade desse cadastro. Continuaram as discussões e ficou acordado que a Proposta de Resolução será de Diretrizes para o Processo de Indicação dos Representantes dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no CNRH. A discussão seguinte tratou do tema de habilitação das entidades que participarão do processo de indicação e quem coordenaria os procedimentos. Acordou-se que a Secretaria Executiva do CNRH consolidará uma proposta de resolução para o processo, considerando os documentos apresentados pelos componentes desta CT e remeterá por e-mail para todos os componentes da CT para a discussão na próxima reunião que será no dia 30/05/2000 às 10:00 horas, em Brasília.

A pauta foi seguida e a discussão seguinte tratou da Proposta de Resolução de Diretrizes para o Plano Nacional de Recursos Hídricos e os Planos de Recursos Hídricos. Foi distribuída a documentação com as propostas encaminhadas pelos técnicos que contribuíram. O Prof. Airton colocou a importância de discutirmos os outros instrumentos da Política e deixarmos a de Planos para integrar-se`a do Plano Nacional, o que não foi acatado. Dra Martha, Dr Barbosa e Prof. Dr. Airton sugeriram ouvir a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Dr. Barbosa questionou a necessidade dessa Resolução considerando que existe o Termo de Referência para elaboração dos Planos de R. Hídricos e foi acordado que seria importante enquanto norma legal diretiva. Dr. João Bosco sugeriu que as diretrizes devem ser só para os Planos de R. Hídricos e que o Plano Nacional seja tratado pela Câmara específica o que foi acatado pela maioria. Foi acordado que a relatoria fará uma revisão retirando do texto as referências regulamentatórias do

Plano Nacional , o qual será remetido aos presentes e colocado no site do CNRH- Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais em 15/05/2000.

Dr. Julio Thadeu iniciou a discussão do próximo ponto de pauta: Proposta de Resolução de Diretrizes para a Implantação dos Sistema de Informações de Recursos Hídricos. Apresentou a Dra Fátima, engenheira responsável pela área do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos. Dra Fátima passa a apresentar sua proposta de substitutivo mas há dificuldade de acompanhamento e retoma-se a metodologia convencional de trabalho da Câmara ou seja trabalha-se com o texto base e analisa-se as modificações propostas. Isto posto, reiniciou-se as discussões. Dra Fátima propõe a supressão dos Artigos 1º , 2º , 3º e 4º por já constarem na Lei 9433/97. Dr. João Bosco e Prof. Van Acker consideraram importante manter pelo caráter pedagógico mas após as discussões foi acordada a supressão desses 4 artigos. No artigo 5º foi proposta a modificação do texto para se explicitar as relações dos sistemas com o objetivo de consolidar-se as informações. A redação foi alterada . Dr. João Bosco propõe a inclusão dos sistemas de avaliação dos recursos hídricos minerais o que foi acatado. Dr. Airton propôs a inclusão do setor hidroviário e das informações do sistema de saude-Datasus. Dra Martha sugeriu que em vez de descrevermos os setores use-se setores usuários. Dra Fátima sugeriu em sua proposta mudanças na redação em outros dois artigos o qual foi consensada nova redação e o texto acordado como versão 3 da Proposta de Resolução de Diretrizes para a Implantação de Sistemas de Informação encontra-se anexo a esta Ata.

Aprovada em 30/05/2000

JULIO THADEU KETTELHUT
Presidente

DIANE MARA F. VARANDA RANGEL
Relatora